

Considerações sobre um patrimônio abandonado: Jambeiro, uma fazenda do século XIX na cidade do século XXI

Considerations for an abandoned cultural heritage: Jambeiro, a nineteenth-century farm in the city of the XXI Century

Consideraciones sobre una herencia cultural abandonada: Jambeiro, una hacienda del siglo XIX en la ciudad del siglo XXI

Marcelo Gaudio Augusto¹

Recebido em: 20/3/2012

Aceito para publicação em: 11/5/2012

Resumo: Este artigo tece considerações sobre a Fazenda Jambeiro, que, apesar de ser um patrimônio tombado pelo Conselho de Patrimônio da cidade de Campinas, se transformou em um dos piores exemplos de conservação. Sua trajetória histórica foi marcada por crises e modificações, as quais levaram parte de sua área a ser transformada em loteamento residencial, em razão de uma política deficitária por parte da prefeitura, o que culminou em seu abandono e esquecimento. Além de apresentar

¹ Mestrando em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), área Política, Memória e Cidade, na linha de pesquisa de *Cultura, Cidade e Patrimônio*.

os problemas e questionar a forma como se deu o tombamento, o presente trabalho apresenta a arqueologia pública como uma possibilidade de restaurar a memória do patrimônio com a população.

Palavras-chave: patrimônio; arqueologia pública; identidade.

Abstract: This article addresses considerations about the farm Jambeiro, which, despite being declared as patrimony by the Heritage Council of the city of Campinas, turned into one of the worst examples of conservation. Its historical trajectory has been marked by crises and modifications, which lead part of its area to be transformed into residential condominium, due to a deficient policy on the part of the Prefecture, what culminated in his abandonment and neglect. In addition to presenting problems and questioning how the declaration of patrimony occurred, this work presents public archeology as a possibility to restore the memory of heritage with the population.

Keywords: patrimony; public archeology; identity.

Resumen: Este artículo aborda consideraciones sobre la hacienda Jambeiro, la cual, a pesar de ser declarada como patrimonio de la ciudad de Campinas, se ha convertido en uno de los peores ejemplos de conservación. Su trayectoria histórica ha estado marcada por las crisis y las modificaciones, que llevarán parte de su área a ser transformada en condominio residencial, debido a una mala política por parte del Ayuntamiento, lo que culminó con su abandono y descuido. Además de presentar los problemas y cuestionar la manera como se dio la declaración de patrimonio, este documento presenta la arqueología pública como una posibilidad para restaurar la memoria de patrimonio de la humanidad con la población.

Palabras clave: patrimonio; Arqueología pública; identidad.

INTRODUÇÃO

Neste artigo apresentarei a história do objeto de estudo de meu mestrado, um patrimônio tombado pelo órgão de proteção municipal de Campinas, que, no entanto, se encontra abandonado e degradado. Ao contar um pouco da trajetória histórica da Fazenda Jambeiro, pretendo lançar bases para um debate quanto à eficácia do tombamento na proteção de um patrimônio. Por meio de um estudo de caso, busco mostrar que essa ação pode ser prejudicial se for implantada sem planejamento.

A Fazenda Jambeiro localiza-se às margens da Rodovia Anhanguera, no bairro Parque Jambeiro, em Campinas, interior de São Paulo. Embora tenha se destacado na produção de café no momento de sua criação, em meados dos anos 1850, a má administração contribuiu para o início de um ciclo de crises que provocou troca de proprietários e partilhamentos que se estenderam até 1979, período de instalação do loteamento residencial.

Dez anos depois do início do loteamento, em 1989, o Condepacc (Conselho de Patrimônio Cultural de Campinas) abriu o processo de tombamento do conjunto de edifícios referente à Fazenda Jambeiro. Para a abertura do processo foram recolhidas as assinaturas dos moradores do bairro no entorno da fazenda em busca de legitimar a iniciativa, e em 1992 o conjunto foi tombado. No entanto, em vez de essa ação garantir a proteção do remanescente da fazenda, o que se deu foi o esquecimento e abandono do local, e no período ocorreram até mesmo demolições aprovadas pelo poder público.

Em minha pesquisa de mestrado fiz entrevistas com os moradores do bairro e apresentei palestras sobre a história da formação do bairro para a escola local e pude constatar que não apenas a fazenda estava se degradando, mas sua história não fazia parte da memória dos

moradores locais. Poucas pessoas sabiam que aquela antiga casa abandonada se tratava da fazenda que originou o bairro, referindo-se a ela apenas como “o casarão”. Numa breve análise da população, pôde-se constatar que o bairro foi formado por migrantes; poucos estão mais que dez ou doze anos morando no local e, mesmo entre os moradores mais velhos, poucos possuíam alguma relação com a antiga fazenda.

Dessa forma, questiono o próprio processo de tombamento, que ganhou força com o abaixo-assinado dos moradores. Passadas duas décadas, pergunta-se: Qual o esclarecimento dessas pessoas ao firmar o abaixo-assinado? A população sabia realmente do que se tratava o local na época? E hoje? Por serem pessoas vindas de fora da cidade, dificilmente elas tinham conhecimento sobre o que era o local no momento de se instalarem no bairro. Assim, a ação do tombamento necessitava de um amplo trabalho de acompanhamento por parte do Conselho de Patrimônio em relação à população, ambientando-a com a história do local e explicando-lhe a necessidade de preservar o seu patrimônio. No entanto, pelo modo como ocorreu o processo de tombamento da fazenda, considero tal iniciativa vazia de significados. Os moradores do bairro, que seriam os primeiros interessados em tomar conta do local, foram responsáveis por parte de sua depredação, uma vez que no momento de construção de suas casas utilizaram madeiramento e outros materiais retirados da própria fazenda.

Além de uma ação de educação patrimonial, a proteção de um patrimônio desse porte, no estado de arruinamento que se encontrava, necessitaria de mais investimentos do que o proposto num primeiro momento. Contudo tal investimento não ocorreu da forma ideal, o que nos leva a indagar se faltavam recursos à prefeitura ou se não houve vontade política suficiente.

Não sou contra a proteção de patrimônios históricos, mas estes exigem certa responsabilidade que muitas vezes acabam sendo negligenciadas. Qualquer proposta de intervenção em qualquer patrimônio deve levar em conta a população que vive no seu entorno; sem isso, a relação de pertencimento que um patrimônio sugere não existe. Assim, no estudo de caso, percebe-se que a destruição acaba por acontecer em virtude do abandono físico e pela falta de significado do edifício. Apenas por meio do trabalho em conjunto, não só com entrevistas, mas também analisando as necessidades da população que vive em seu entorno, a fazenda poderia ser reconhecida e construída na memória dessas pessoas e ter seu conjunto arquitetônico reabilitado, possibilitando sua proteção.

BREVE HISTÓRIA E SUAS PERSONAGENS

A Fazenda Jambreiro foi uma importante propriedade de café para a região de Campinas em meados do século XIX, destacando-se na década de 1860 como uma das maiores produtoras e exportadoras de café da região (FERRÃO, 2005, p. 212). Fruto do desmembramento do Latifúndio Sete Quedas, aparece como propriedade independente pela primeira vez depois da Lei de Terras em 1854, mas sabe-se que ela já existia desde meados de 1823.

Em 1848 a fazenda passou a ser administrada por um de seus mais ilustres proprietários, Antonio Pompeu de Camargo, que, entre outras coisas, foi um dos principais acionistas da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Ele apresentou uma vida ativa na sociedade campineira, colaborando em diversos momentos, como na construção da Catedral Metropolitana de Campinas, na Santa Casa, no Jóquei Clube e na fundação da Sociedade Culto à Sciencia. Politicamente, foi filiado inicialmente ao Partido Liberal do Império, o qual era presidido por seu tio Joaquim Bonifácio do Amaral. Logo se filiou ao Clube Liberal-Radical e depois ao Clube Republicano, no qual era colega de Campos Salles e Francisco Glicério (RIBEIRO, 1973).

Embora tenha se destacado socialmente e apresentado um início promissor como cafeicultor, acumulou diversas dívidas que o forçaram a hipotecar a Jambeiro por um breve período entre 1875 e 1877. Com a morte de Antonio Pompeu de Camargo em 1884 e de sua mãe em 1882, a fazenda passou por turbulências na administração, alternando entre os irmãos, até ficar sob a responsabilidade de Herculano Pompeu de Camargo. O acúmulo de dívidas e a inconstância na administração resultaram numa grave crise financeira só aliviada depois da liberação dos escravos dois anos antes da Lei Áurea, em 1886, e na posterior vinculação da fazenda ao IAC (Instituto Agrônomo de Campinas).

Durante a administração de Herculano Camargo ocorreu a construção da nova sede da fazenda, atualmente o único remanescente arquitetônico. Erigida em 1897, destaca-se por apresentar diversas características urbanas. Foi uma das primeiras a possuir telefone no Brasil, luz de gás acetileno, rede de esgoto, salas de banho internas e água encanada. O projeto do edifício é francês², mas sua construção foi atribuída ao arquiteto Ramos de Azevedo (AMOROSO, 2009, p. 21). Entretanto essa afirmativa é bastante controversa, já que não existe nenhuma documentação que comprove sua participação no projeto.

Figura 1 – Foto de uma aquarela da Fazenda Jambeiro no fim do século XIX [?]



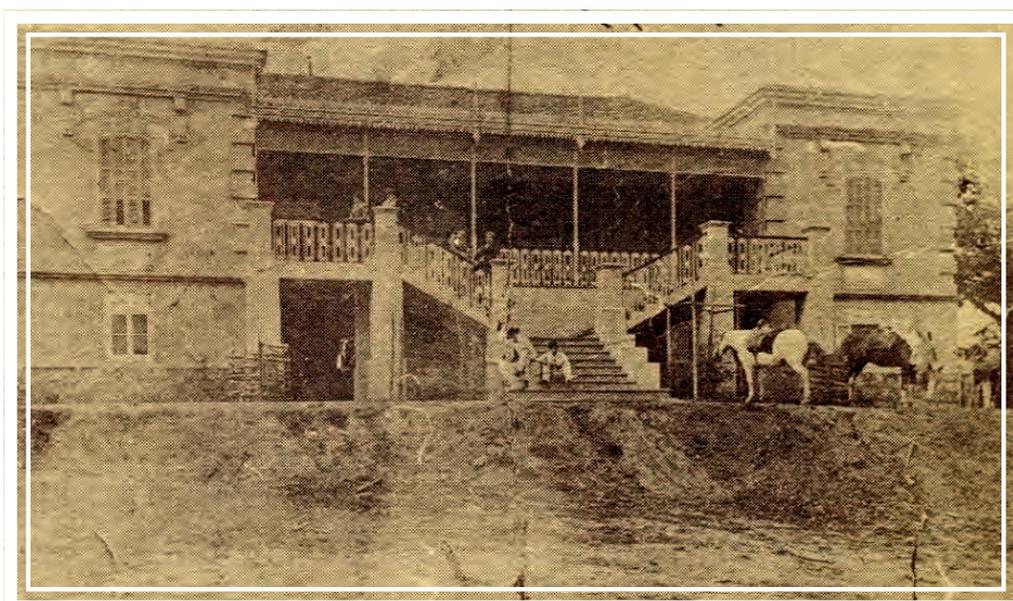
Fonte: Condepacc

A construção da sede da Fazenda Jambeiro foi o último suspiro sob domínio da família Pompeu de Camargo. No decorrer do século XX a fazenda passou por diversos proprietários e por constantes transformações, até ser abandonada em fins da década de 1970. Em 1914 foi propriedade de José de Queirós Aranha. Em 1931 foi vendida a José Tiziani, período em que, além de produzir café, possuía também pés de laranja, sendo esse o primeiro registro de exportação de outra cultura além do café. José Tiziani foi também o primeiro proprietário a implantar o trabalho de colonos na fazenda. Em 1942 a Jambeiro foi mais uma vez vendida, agora para um norte-americano, John Edward Hoen, que tinha como objetivo implantar um novo produto na região, o algodão. Nos poucos anos em que foi proprietário, aproveitou os antigos terreiros de café atrás da residência para construção de uma piscina.

² Não foi possível determinar quem foi o projetista, por causa da escassez de fontes e bibliografia sobre a fazenda.

Em 1947 a fazenda foi vendida para Maria de Lourdes da Silva Prado. Possuía produção de frutas e eucaliptos. Foram construídos um jardim no entorno da sede, uma capela e um conjunto de balaústres sobre o muro de pedra, e a escadaria central foi retirada. Depois da morte de Maria de Lourdes em 1973, sua filha Maria Cecília Silva Prado abandonou a fazenda, deixando-a aos cuidados dos caseiros Sr. Angelo Jorge e esposa.

Figura 2 - Fachada da sede da Fazenda Jambeiro, com escada demolida / Campinas - aproximadamente 1950



Fonte: Pupo (1983, p. 168)

A Jambeiro passou por uma rápida deterioração, e a massa urbana, que sempre foi próxima, começou a engolir o terreno. Maria Cecília, aproveitando o grande crescimento de Campinas e a valorização dos terrenos próximos ao centro, contratou uma construtora, que iniciou um loteamento. Os edifícios que sobraram foram todos pilhados; suas partes ajudaram a construir algumas casas do novo bairro em formação. Porém a fazenda ganhou uma nova chance de não ser completamente destruída. O processo de tombamento foi aberto em 2 de junho de 1989. O rápido crescimento do bairro gerou preocupação quanto à integridade da fazenda por parte do Conselho de Patrimônio. Em 24 de agosto do mesmo ano, o processo ganhou força com a incorporação de um abaixo-assinado de 148 moradores do local. Solicitava que fosse “tombada e restaurada a ex-sede da Fazenda Jambeiro, com seus respectivos equipamentos [...], uma relíquia que o avanço do urbanismo da cidade moderna reserva para a história” (CAMPINAS, s.d., p. 1). O processo de tombamento recebeu parecer favorável em 7 de outubro de 1993 pela conselheira do Condepacc, Maria Cristina Sampaio Franco, aprovado em sessão ordinária do Colegiado em 11 de novembro de 1993. O tombamento foi finalmente publicado em Diário Oficial em 4 de dezembro de 1993. Em 1998 a área tombada foi doada para a Prefeitura de Campinas.

PATRIMÔNIO TOMBADO

Desde o princípio do processo de tombamento havia a preocupação em dar um uso para a fazenda. A primeira proposta foi implantar uma escola ecológica, seguindo a linha apresentada por Marco Aurélio Garcia, secretário de Cultura de Campinas (1989-1990), que ressaltou a importante área verde remanescente da fazenda. Em reuniões posteriores,

a ideia da escola foi mais bem elaborada: “reconstrução da sede semi-demolidada e a utilização na forma de museu; adequação da estrebaria para um teatro infantil; instalação de equipamentos para a prática de esportes no antigo pomar e manutenção da área verde” (CAMPINAS, s.d., p. 3). Estava previsto também um projeto paisagístico no lago ao lado da sede; curiosamente, depois de alguns percalços, foi o único projeto que saiu do papel, pois em junho de 2010 foi inaugurada a Praça de Esportes Amália Bonon Tortorellia.

Os primeiros relatórios de vistoria foram, de certa forma, otimistas quanto à possibilidade de um restauro dos edifícios. A recuperação da sede dependia apenas da consolidação das paredes mediante uma simples reforma, de pintura e recolocação das telhas faltantes. Apenas isso já tornaria possível a reutilização do prédio principal conforme a necessidade dos moradores do bairro, até que se fizesse um projeto arquitetônico de restauro. Na ata da reunião n.º 126, de 26 de maio de 1994, determinaram-se algumas diretrizes do futuro restauro, como a preservação das fachadas externas e sua volumetria, o que permitiria a adaptação do interior para a instalação de um posto de saúde ou uma escola municipal.

Nos jornais é interessante perceber que grande parte das matérias apenas apresentava denúncias do abandono e a necessidade de policiamento da área, a fim de evitar que a depredação e a retirada de materiais da fazenda continuassem – tudo isso acompanhado por diversos pedidos oficiais no conselho.

Em 21 de janeiro de 2000, um laudo técnico constatou diversas demolições irregulares – celeiro, casa de força, curral, portal, tulha, parte da senzala –, além do avanço da degradação da casa-sede e da capela. O jornal *Correio Popular*, em matéria de 14 de março do mesmo ano, fala sobre a paralisação das obras de arruamento do bairro em decorrência da demolição de um dos currais. Em 31 de outubro, uma nova vistoria constatou o início da demolição da capela, mas felizmente a demolição do edifício foi impedida nesse momento. As demolições foram feitas pela empresa responsável pelo loteamento do bairro. Embora irregulares, não houve nenhuma multa ou medida repressiva, e em 30 de novembro de 2000 o secretário da Cultura, Esportes e Turismo redigiu uma carta “determinando a liberação de alguns imóveis tombados e a manutenção de outros” (CAMPINAS, s.d., p. 144).

Em novas avaliações técnicas realizadas pelo Conselho de Patrimônio depois da demolição dos edifícios constatou-se o que havia sobrado: uma parede taipa da senzala envolvida pela raiz de duas árvores, a capela em péssimo estado de conservação, as ruínas da casa-sede, a piscina, que virou um criadouro de mosquitos, o pomar e o muro de pedra. Por conta do estado de precariedade e arruinamento do conjunto, as recomendações tornaram-se mais pessimistas: “isolamento do quarteirão em questão para preservar os remanescentes de taipa do local e os edifícios da Casa-Sede e da Capela [...], [e] não é adequado que a empresa responsável pelo projeto paisagístico faça nova movimentação de terra, o que poderia prejudicar prospecções no solo e as estruturas de taipa isoladas” (CAMPINAS, s.d., p. 182 e 283).

Em 25 de março de 2003 um artigo indicava a restauração dos edifícios com o objetivo de construir um centro de convivência, e a Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural (CSPC) declarou: “Achamos que a melhor utilização seria para atividades culturais daquela comunidade, mas queremos ouvir os moradores do bairro do entorno sobre a melhor utilização do imóvel” (FAZENDA DO SÉCULO XIX..., 2003). Na semana seguinte o destino da área era outro: aproveitar as ruínas e transformá-la num sítio arqueológico com visitas guiadas.

Fizeram-se novas vistorias, porém nada de concreto foi realizado, pois as ações da Prefeitura se resumiram em isolar o quarteirão com grade, cimentar a piscina e cortar o mato a cada seis meses. Em 21 de janeiro de 2005 elaborou-se um novo projeto paisagístico, contendo planta da capela e sua implantação, bem como uma análise detalhada do estado

de conservação desse edifício, contudo se tratava apenas de uma avaliação técnica sem nenhuma proposta efetiva.

Em 25 de junho de 2010 a Secretaria Municipal de Urbanismo declarou ao jornal *Correio Popular* que estava desenvolvendo um projeto de “tornar a casa no centro de um grande parque cultural de lazer” (JAMBEIRO: REVITALIZAÇÃO..., 2010). Inspirado no antigo casarão do morro Santa Teresa no Rio de Janeiro, previa uma intervenção com instalação de estruturas de ferro e vidro que permitiriam tanto a consolidação das paredes quanto a visitação da sede da Jambeiro por dentro. Não há nenhuma notícia recente sobre esse projeto.

Durante o período do mestrado, presenciei a demolição de mais um dos edifícios remanescentes: entre uma visita técnica ao bairro no mês de maio de 2010 na qual fiz um levantamento fotográfico e outra em agosto do mesmo ano na qual visitei a Escola Municipal de Ensino Infantil Parque Jambeiro, a capela havia sido derrubada. O Condepacc informou que o responsável pela demolição tinha sido o departamento de obras públicas.

Figura 3 – Fachada da sede da Fazenda Jambeiro



Fonte: Foto de Marcelo Gaudio Augusto (28 de abril de 2010)

CONSIDERAÇÕES DE INTERVENÇÃO

No breve histórico apresentado foi possível constatar diversos problemas na gestão do patrimônio em questão por parte da Prefeitura de Campinas, e chegou-se à conclusão de que o simples fato de tombá-lo no início da década de 1990 não foi suficiente para protegê-lo. Reitero o questionamento feito no início deste artigo: A população sabia realmente do que se tratava o local na época em que foram recolhidas, segundo o processo de tombamento, assinaturas de 99% dos moradores do bairro? E atualmente? Durante a pesquisa constatei que existe um grande medo em relação à segurança, em virtude do abandono dos edifícios, mas poucos enxergam o “casarão” como algo com possibilidade real de aproveitamento. O desconhecimento generalizado do que era a Fazenda Jambeiro e a falta de relação de identidade existente entre o patrimônio e os moradores tornaram o tombamento sem

significado para a população do seu entorno. Dessa forma, fica a impressão de que o tombamento da Fazenda Jambeiro foi apenas uma articulação política que se desenvolveu enquanto era interessante para o poder público, e a propriedade foi abandonada no instante em que se mostrou um problema mais complexo do que aparentava.

No entanto, a partir do momento em que existe um patrimônio tombado, o poder público deve tomar certas providências para que ele não seja destruído. A existência de qualquer patrimônio é dependente da relação de importância criada com a comunidade que o cerca. Qualquer proposta de intervenção, independentemente do tipo de patrimônio, deve levar em conta a população que vive no seu entorno e que interage cotidianamente com ele. Sem essa preocupação, a relação de pertencimento que um bem cultural sugere não pode existir. Dessa forma, a destruição acaba ocorrendo por conta do abandono físico e social do edifício.

No decorrer do processo de tombamento muitas propostas de utilização do espaço foram elaboradas, mas nenhuma resultou de um estudo histórico e social aprofundado do local. Uma proposta consistente necessita de ampla pesquisa da história, entrevistas com os moradores e análise da situação do objeto a ser restaurado para a sociedade. Assim, o bem pode ser reconhecido e reconstruído fisicamente e na memória da população, por consequência possibilitando a preservação de seu vestígio material. Uma das medidas para “ressuscitar” o patrimônio seria dar funcionalidade ao local, com a instalação de algo com utilidade prática, para que o uso desperte nos moradores a necessidade de manutenção do espaço. Todavia a simples instalação de uma atividade também não é garantia de preservação. Além disso, faz-se necessária uma adequação da função que se pretende instalar, sendo desejável que de alguma maneira se relacione com a função original.

No caso da Fazenda Jambeiro, um posto de saúde pode ser indispensável para o bairro, mas de que maneira ele se relacionaria com a antiga fazenda? Não seria mais bem aproveitado, tanto o espaço da fazenda quanto o posto de saúde, se este fosse construído em outro lugar, deixando o patrimônio livre para um destino que retome de alguma maneira sua função original, mesmo que apenas de forma recordatória?

Como meio de fundamentar a definição de ação para esse patrimônio, gostaria de expor alguns elementos teóricos da arqueologia. Considero que o patrimônio (representante material da cultura) e a arqueologia (que tem como objeto de estudo a cultura material) possuem uma necessidade básica de existência que permeia os dois campos: a preservação. O estudo de ambos depende da existência de um remanescente físico, no entanto, entre outros fatores, vemos o crescimento desordenado das cidades e a especulação imobiliária como responsáveis cada vez mais pela destruição desses bens. Como fazer para protegê-los se ou os governos não têm capacidade de fiscalização ou se aliam a esse poder econômico especulativo que tanto contribui com o desaparecimento de antigas propriedades? A preservação de patrimônios e sítios arqueológicos depende da existência de uma forte identidade entre o local e os moradores, tornando estes responsáveis pela preservação. Pretendo apresentar a arqueologia como uma ferramenta de estudo que permite despertar a interação entre o objeto e o público, criando assim um laço de pertencimento e um sentimento de preservação.

ARQUEOLOGIA PÚBLICA

Já há algum tempo a arqueologia se destaca pela sua responsabilidade social, diferentemente de outros campos de estudo que podem acabar perdendo o elo com a sociedade ao estarem sujeitos apenas a livros e documentos. A arqueologia tem como principal objeto de estudo a cultura material. Esta, por sua vez, é mais ligada ao cotidiano da população, por se tratar de vestígios materiais da cultura, como por exemplo um lápis,

uma caneca ou mesmo um edifício. O estudo de tais objetos cria, portanto, uma necessidade de ir às áreas de acesso público para encontrá-los e analisá-los. Ou seja, esse campo de estudo requer uma maior e mais direta interação com pessoas que não pertencem ao meio acadêmico. O arqueólogo depende dessa interação para realizar seus estudos, bem como da preservação de seu objeto. Para tanto, a disciplina arqueológica desenvolveu diversas ferramentas que permitem a troca de informações e, para manter o caráter de uma pesquisa pública, garantir o retorno das pesquisas para a população. Esse ramo da arqueologia, essencial para qualquer pesquisa, denominou-se arqueologia pública.

Entre as diversas definições para a disciplina da arqueologia apresentadas e analisadas na dissertação de mestrado de Fernando Alexandre Soltys (2010), acredito que a mais adequada aos atuais estudos desse campo científico se refira à associação do estudo da cultura material com o grupo de indivíduos que consumiria essa cultura. Na realidade o significado de público toma dois caminhos distintos, sendo um a associação com o Estado e suas instituições e outro relativo à sociedade que debate as questões levantadas no estudo. A associação com o Estado é problemática, visto que a sociedade vive em constante tensão com o poder público, por não se sentir representada (SOLTYS, 2010, p. 56). Para ultrapassar essa barreira imaginária criada pelas políticas públicas que muitas vezes refletem apenas os interesses de uma elite, a arqueologia utiliza-se de algumas estratégias: estudo do patrimônio objetivando sistemas de gestão do legado identitário; interação com a comunidade local; entendimento de como é feita a representação da arqueologia na cultura popular; e modos de aplicação da disciplina arqueológica nas instituições de ensino (NICHOLS; PRANGNELL; HASLAM, 2005, p. 71). Tal estudo permite entender como a arqueologia é vista pela população e qual a melhor forma de aplicá-la como ferramenta na recuperação e construção da identidade (ZANETTINI, 2005, p. 24).

Conquistar o interesse do público e fomentar seu maior envolvimento seria um grande avanço no desenvolvimento da noção de cidadania. “Cidadania deve ser ativa e individualista, mais do que passiva e dependente. O sujeito político deve ser, a partir daí, um indivíduo cuja cidadania se manifesta pelo livre exercício de escolha pessoal entre uma variedade de opções” (ROSE, 1992). Tratar essa disciplina pelo viés da ética e da identidade transforma o debate quanto à criação de significados, pois dessa forma é permitido às pessoas começar a participar e criar a própria história, questionando em vez de simplesmente aceitar discursos de uma autoridade qualquer (SOLTYS, 2010, p. 58).

O papel da arqueologia pública seria despertar nas pessoas a consciência de um passado e conectá-lo ao presente. A compreensão e as interpretações sobre o local passam a não ser mais unilaterais, mas surgem da colaboração de diversas visões.

A Arqueologia pode construir elos entre a comunidade no presente, assim como no passado, no momento em que sua herança cultural é valorizada, preservando histórias e tradições. Por essa razão o conteúdo da mensagem a ser transmitido ao público deve estar, antes de mais nada, atrelado à história local, de forma a construir um elo de percepção junto ao público, partindo daí para contextos mais gerais (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2006, p. 67).

A arqueologia, assim como a história ou outra disciplina que trabalhe com algo aparentemente afastado temporal e culturalmente de sua sociedade, não pode cair na ilusão de estar alheia às discussões de seu tempo (SCHIAVETTO, 2007, p. 163). Nessa área é muito usado o termo “torre de marfim”, uma crítica ao pesquisador que se imagina desvinculado da realidade, um observador isento e propagador imparcial do conhecimento. Tal ilusão não pode mais existir, sobretudo quando se trata do estudo da cultura material, de modo a evidenciar a interação e o contato direto com a população. É imprescindível que se considerem as múltiplas vozes que constroem o conhecimento; deve-se exercer uma filosofia que pense na criação de sentidos de forma não hierarquizada (SOLTYS, 2010, p. 54).

Certamente os arqueólogos não são os únicos a poder contar histórias, nem tampouco exercem o poder absoluto sobre o passado das comunidades vivas, como ocorre com aquelas que não têm mais voz. Não podemos impor nossa versão do passado ao mundo, ignorando histórias tradicionais e outras perspectivas que a comunidade nos traz (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2006, p. 68).

Soltys (2010, p. 60) considera que todo conhecimento que a academia pensa construir é reapropriado e reinterpretado pela comunidade. Dessa forma, seria muito mais produtivo ir a campo com isso em mente em vez de querer impor uma única linha de pensamento, a do próprio pesquisador. No momento em que o elo do passado com a comunidade atual é criado, passa a ser muito mais fácil circular a mensagem de que o patrimônio é algo extremamente frágil, único e não renovável; as informações perdidas numa eventual destruição nunca mais podem ser acessadas, por isso a necessidade da preservação (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2006, p. 67). Uma estratégia muito eficiente de conquistar a população é atuar nas instituições de ensino, em eventos isolados no calendário escolar ou mesmo incorporando a discussão no currículo, de modo a tornar a prática da arqueologia mais acessível e sustentável.

O arqueólogo Paulo Zanettini, em sua tese de doutorado, aponta para o potencial pedagógico de uma escavação arqueológica ou processo de restauro, por conta do apelo visual da cultura material (ZANETTINI, 2005, p. 27). Em algumas de suas escavações Zanettini promoveu atividades voltadas para o público. Entre 1989 e 1992, no campo da Calçada do Lorena em São Paulo, desenvolveu circuitos de visita com monitores e folhetos explicativos, por ser uma área de intensa circulação de pessoas. Depois de concluídos os trabalhos de escavação, a equipe de Zanettini voltou ao local para apresentar uma exposição mostrando todos os processos da pesquisa arqueológica ali desenvolvida.

Na pesquisa de doutorado Zanettini propôs-se a estudar a morada bandeirante da região metropolitana de São Paulo. Em seu texto observa-se que a maior parte das edificações remanescentes dos séculos XVI, XVII e XVIII se encontra a caminho da destruição e do esquecimento. Embora a grande maioria dos edifícios esteja tombada nas diversas esferas, municipal, estadual ou federal, o abandono e a especulação imobiliária conspiram para seu extermínio (ZANETTINI, 2005, p. 350-351). Para que esses patrimônios continuassem a existir, elaborou algumas possíveis ações que possibilitariam a reapropriação desses bens pela comunidade: promover novas pesquisas arqueológicas em conjunto com um consórcio com as escolas públicas que viabilize a inserção da disciplina da arqueologia nos currículos, privilegiando atividades práticas, entre elas o treinamento de monitores que expliquem as escavações e a história do sítio; transformar os sítios, depois de pesquisados, em espaços para a exploração do turismo cultural, promovendo a interação da cultura material com a imaterial por meio, por exemplo, da gastronomia e de festas tradicionais; instalar equipamentos que promovam a reflexão da diversidade étnica e cultural dos diferentes períodos de São Paulo; promover debates sobre a ocupação territorial urbana e as consequências para o meio ambiente. O autor deixa claro que qualquer função instalada não pode implicar impactos ou interferências desnecessárias no patrimônio (ZANETTINI, 2005, p. 356).

Nesses exemplos pretendi mostrar ações da arqueologia pública. A interação do pesquisador com a população é necessária e, vista dessa forma, deve ser desejada por parte do pesquisador. É o intercâmbio que vai dar sentido à pesquisa e permitir a preservação da história e da cultura. “São as pessoas que geram novos significados ao território” (IGLESIA, 2007, p. 27). A população é que dá sentido ao território, o marco central de formação.

Desde la Gestión Cultural hemos de apostar por repensar la ciudad, el territorio, como el lugar donde es posible maximizar las posibilidades de relaciones e intercambios, donde el espacio público es un espacio de ciudadanía y participación, y cuya calidad requiere respuestas complejas, que han de venir también, aunque no sólo, del urbanismo y la arquitectura (IGLESIA, 2007, p. 22).

GESTÃO DO TERRITÓRIO

Outro tema importante nessa discussão é o entendimento da relação entre população e território, em que “território é, antes de mais, uma teia de relações humanas” (OOSTERBEEK, 2007, p. 30). Desse modo, a administração territorial depende da gestão das pessoas, que, segundo Oosterbeek (2007, p. 34), só existem no momento em que se tornam conscientes de sua identidade, que por sua vez depende do conhecimento e consumo da cultura. Assim, o plano cultural só pode se tornar eficiente quando os territórios são identificados pela sociedade e o interesse das pessoas envolvidas é considerado.

Gerir o território é gerir pessoas, e cada um de nós só é pessoa se for consciente da sua identidade [...] e o que nos identifica como pessoas, e não como meros animais bípedes, é a cultura (ou seja, as expressões das relações inter-pessoais, ou seja, das relações econômicas) (OOSTERBEEK, 2007, p. 30).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois desta breve reflexão apresento algumas possibilidades que poderiam ser eficientes para a manutenção física e social da Fazenda Jambeiro. O objetivo deste estudo foi expor um panorama histórico de tal patrimônio e levantar possibilidades de uso para provocar um debate acerca de seu destino. Ressalto que a proposta que apresentarei a seguir tem como objetivo principal instigar na sociedade e no poder público a necessidade de intervenção no local.

Como vimos, o processo de tombamento foi controverso desde seu princípio; o abaixo-assinado não representava uma relação legítima de identidade entre os moradores e o patrimônio a ser preservado. Ou, mesmo se encarado como legítimo, perdeu o sentido com o passar dos anos, em virtude do abandono promovido pelo poder público. Desse modo, os vinte anos que se seguiram significaram para a Fazenda Jambeiro um período de desamparo, esquecimento e destruição. A fazenda, a partir da época de seu tombamento, exigia um destino coerente com sua função original, que não promovesse ainda mais seu arruinamento, mas sim sua preservação.

Inspirado em algumas das experiências citadas anteriormente, acredito que qualquer ação depende do envolvimento dos moradores de maneira mais ativa, não apenas como entrevistados numa pesquisa unilateral de opinião, mas com a participação efetiva em diferentes níveis. No decorrer da pesquisa constatei que muitos almejam uma resolução para o uso do terreno e sugerem a instalação de algum equipamento público, como museu, biblioteca ou posto de saúde, necessidades reais do bairro. No entanto deve-se pensar na instalação de algo que remeta à história da fazenda, uma vez que a simples instalação de uma atividade não é garantia de salvaguarda, pois, dependendo do uso, este pode até ser prejudicial para sua estrutura ou memória.

Assim, acredito que a manutenção da Fazenda Jambeiro dependa de uma atividade que extrapole os limites de seu terreno. Minha proposta consiste na ação conjunta da criação

de um parque arqueológico e sua interação com as instituições de ensino locais. O parque aproveitaria as edificações remanescentes da forma que se encontram atualmente, sendo necessário apenas consolidar as paredes por questão de segurança e manutenção. Dentro do parque seria feito um roteiro de visitação, com monitores explicando a história da fazenda, da formação do bairro e sua inserção na cidade, com possibilidade de o passeio ocorrer sem monitoria com algumas placas explicativas. Na parte oposta à sede, onde antigamente existia a tulha, esta poderia ser reconstruída, tendo como objetivo a criação de um edifício que sirva para a recepção do parque arqueológico, com salas de exposição temáticas: sobre a história da fazenda, de sua criação até os dias atuais; uma sala destinada à cidade de Campinas, discutindo seu crescimento, assim como as transformações urbanas e rurais; e uma terceira sala com exposições temporárias, abastecidas por trabalhos com os estudantes das escolas do bairro.

Para além dos limites do parque arqueológico, contando com as experiências apresentadas neste artigo, creio que a Escola Estadual Disney Scornaienchi e a EMEI Parque Jambeiro poderiam contribuir com as exposições. Para que essa interação ocorresse seria necessária a inclusão de uma nova disciplina curricular: patrimônio e arqueologia. Todavia tal disciplina não poderia ser específica para o bairro, deveria ser incluída em toda a rede pública de ensino de Campinas. A nova disciplina poderia ser viabilizada por meio da Secretaria de Educação municipal em parceria com o estado, focando o debate na importância do patrimônio para a formação da identidade e discutindo temas de como o patrimônio pode ser estudado por meio da arqueologia.

Especialmente na região do Parque Jambeiro, a disciplina seria responsável por abastecer e renovar as exposições no parque. Além disso, treinaria os alunos para fazer monitoria no local. O objetivo é que com essa iniciativa os moradores, a começar pelas crianças e pelos adolescentes, interajam mais com o bairro e a cidade, de forma a despertar sua relação de pertencimento expresso pelo patrimônio.

REFERÊNCIAS

AMOROSO, Maria Rita Silveira de Paula. **Arquitetura campestre na obra de Ramos de Azevedo**. A arquitetura rural campineira: a Fazenda São Vicente em Campinas. Campinas: CEATEC/PUCCAMP, 2009.

ANTÔNIO Pompeo de Camargo. **Correio Popular**, Campinas, 17 abr. 1973.

CAMPINAS. Conselho de Patrimônio Cultural de Campinas (Condepacc). **Processo de Tombamento n.º 007/89 e anexos**. Fazenda Jambeiro (Conjunto Arquitetônico e Ambiental). s. d.

CAMPINEIROS ilustres: Dr. Abelardo Pompeo do Amaral. **Diário do Povo**, Campinas, 4 ago. 1959.

CASARÃO da Fazenda Jambeiro é exemplo de abandono. **Correio Popular**, Campinas, 4 jun. 2007.

FAZENDA do século XIX será recuperada. **Correio Popular**, Campinas, 25 mar. 2003.

FAZENDA Jambeiro pode ter Antigo Cemitério de Negros. **Diário do Povo**, Campinas, 13 maio 1990.

FAZENDA Jambreiro vai se tornar sítio arqueológico. **Correio Popular**, Campinas, 12 set. 2004.

FERRÃO, André Munhoz Argollo. **Arquitetura do café**. Campinas: Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.

IGLESIA, Roberto Gómez de la. Cultura, desarrollo y territorio en la economía de la experiencia. In: PORTUGAL, José; MARQUES, Susana (Coords.). **Gestão cultural do território**. Porto: Setepés, 2007. (Coleção Públicos n.º 4).

JAMBEIRO: revitalização prevê parque cultural. **Correio Popular**, Campinas, 25 jun. 2010.

JAMBEIRO tem planos de revitalização paralisado. **Correio Popular**, Campinas, 5 abr. 2006.

NICHOLS, Stephen; PRANGNELL, Jonathan; HASLAM, Michael. Hearts and minds: public archaeology and the Queensland school curriculum. **Australian Archaeology**, v. 61, p. 71-79, 2005.

OOSTERBEEK, Luiz. Ordenamento cultural de um território. In: PORTUGAL, José; MARQUES, Susana (Coords.). **Gestão cultural do território**. Porto: Setepés, 2007. (Coleção Públicos n.º 4).

PATRIMÔNIO histórico é dilapidado. **Correio Popular**, Campinas, 9 nov. 1989.

PROPRIETÁRIA aguarda resposta sobre a fazenda. **Correio Popular**, Campinas, 15 jun. 1994.

PUPO, Celso Maria de Mello. **Campinas, município do Império**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1983.

RIBEIRO, Maria Luiza Pinto de Moura. Antônio Pompeo de Camargo. **Correio Popular**, Campinas, 17 abr. 1973.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, Érika Marion. Arqueologia e sociedade no município Ribeirão Grande, sul de São Paulo: ações em arqueologia pública ligadas ao projeto de ampliação da mina calcária Limeira. **Arqueologia Pública**, São Paulo, n. 1, 2006.

ROSE, Nikolas. Governing the enterprising self. In: HEELAS, Paul; MORRIS, Paul (Eds.). **The values of the enterprise culture**. Londres: Routledge, 1992. (The Moral Debate).

RUÍNAS do descaso e da insegurança. **Correio Popular**, Campinas, 27 abr. 2010.

RUÍNAS passarão por investigação arqueológica. **Correio Popular**, Campinas, 3 abr. 2003.

SCHIAVETTO, Solange Nunes de Oliveira. **Arqueologia regional e educação**: proposta de estudos sobre um “passado excluído” de Araraquara/SP. Tese (Doutorado)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

SECRETARIA de Cultura pede vigilância na Fazenda Jambuí. **Correio Popular**, Campinas, 10 nov. 1989.

SEDE da Fazenda Jambuí vira ruína. **Correio Popular**, Campinas, 14 mar. 2000.

SOLTYS, Fernando Alexandre. **Caleidoscópio, narrativas e subjetividade na arqueologia pública**. Dissertação (Mestrado)–Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

TOMBAMENTO de casarão da Fazenda Jambuí. **Diário do Povo**, Campinas, 6 jun. 1989.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP). Arquivo Histórico do Centro de Memória. **Inventário do Fundo do Tribunal de Justiça de Campinas (1793-1940)**: 1.º ofício, caixa 260, processo 5160 – Inventário de Thereza Michelina do Amaral Pacheco, 1982; 1.º ofício, caixa 550, processo 10163 – Inventário de Antônio de Pompeu Camargo, 1884. Campinas.

ZANETTINI, Paulo Eduardo. **Maloqueiros e seus palácios de barro**: o cotidiano doméstico na casa bandeirista. Tese (Doutorado)–Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.